

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO



**MILAGRE ASIÁTICO NAS DÉCADAS 80 E 90: UMA
DISCUSSÃO DA ESTRATÉGIA LIBERAL E DE
SEUS MITOS**

ISADORA TAVARES ALVES

Matrícula: 1810622

Orientadora: Eliane Gottlieb

12/2021

ISADORA TAVARES ALVES

Matrícula: 1810622

**MILAGRE ASIÁTICO: UMA DISCUSSÃO DA
ESTRATÉGIA LIBERAL E DE SEUS MITOS**

ISADORA TAVARES ALVES

Matrícula: 1810622

Orientadora: Eliane Gottlieb

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma fonte de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor

RIO DE JANEIRO

DEZEMBRO DE 2021

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Mara, por ser exemplo de resiliência e cuidado, e não poupar esforços para me ver feliz. Ao meu pai Mauro, por me ensinar sobre foco e determinação. À ambos, por todo esforço e investimento em minha formação e por sempre acreditarem em mim.

Ao meu irmão Rodrigo por celebrar minhas conquistas junto comigo. À minha segunda mãe Fátima e às minhas avós Márcia e Aparecida por todo zelo e carinho.

À minha amiga Helena por me ensinar a acreditar em mim e a todos os meus amigos da Escola Nova que cresceram junto comigo e me encorajaram em todas minhas decisões.

À minha Orientadora Eliane Gottlieb por todo suporte, confiança, assistência e inspiração para a confecção desta monografia. À todos os professores que encontrei ao longo da minha vida educacional e foram responsáveis pela minha formação como pessoa e profissional. Ao Departamento de Economia da PUC-Rio pelo excelente curso e estrutura fornecida.

À Pacífico Gestão de Recursos por confiar no meu potencial.

À PUC-Rio por me ensinar tanto sobre tanto. Aos meus amigos de curso que vou levar para sempre: Adinha, Ju, Prates, Chloé, Bia, Lu, Manu, Gabi, Álvaro, André, Torres, Gustavo, Pedro, Lenz, Lucas, Nic, Pimenta e Tom. Agradeço cada um de vocês por me acolherem como amiga e por terem feito parte dos momentos mais especiais da minha vida. É um prazer me formar ao lado de pessoas pelas quais tenho uma profunda admiração.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Uma análise do Milagre Asiático na década de 80	11
3. Discussão do modelo de industrialização por substituição de importação x estratégia de desenvolvimento orientado para o exterior	21
4. Uma análise da experiencia Latino Americana X Leste Asiático	26
5. Os Mitos do Milagre	35
6. Crise Asiática e o fim do Milagres	40
7. Conclusão	44
8. Referências bibliográficas	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de desempenho da economia mundial, década de 80.....	13
Tabela 2 – Participação na exportação mundial e participação nas exportações de economias em desenvolvimento.....	17
Tabela 3 – Crescimento médio anual do PIB.....	19
Tabela 4 – Indicadores de desempenho da economia mundial.....	28
Tabela 5 – Variações na eficiência técnica estimada para os HPAEs.....	29
Tabela 6 – Déficit público consolidado, Leste Asiático e outras economias.....	30
Tabela 7 – Gastos com educação primária como percentual do PIB, 1985.....	33
Tabela 8 – Taxa de crescimento médio anual da produtividade total dos fatores, em %.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Curva de Aprendizado.....	23
Gráfico 2 – Taxas de juros reais: exemplos do Leste Asiático e outras economias seleccionadas.....	31

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo analisar os impactos da abertura comercial sobre o desenvolvimento econômico das *High Performing Asian Economies* na década de 80, além de revisitar todos os aspectos do Milagre Asiático. Fazem parte deste grupo de economias asiáticas, os popularmente conhecidos como “Tigres Asiáticos”, que ganharão devido destaque ao longo desta monografia.

Segundo a teoria tradicional do comércio, o comércio internacional permite que cada país se especialize na produção do bem em que tem vantagem comparativa. Ou seja, o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros bens é menor neste país em relação aos outros, desta forma permitindo o aumento da produção mundial. Neste sentido, as nações em desenvolvimento devem continuar se especializando na produção de alimentos e matéria prima, exportando produtos manufaturados das nações desenvolvidas. Até a década de 80, acreditava-se que o comércio internacional prejudicava o desenvolvimento do PEDs (países em desenvolvimento). O economista argentino, Raúl Prebisch (1945), por exemplo, criticava a postura estadunidense, que promovia o livre funcionamento do mecanismo econômico como “correção” dos males, sem a necessidade de políticas reparatórias. Prebisch repudiava a "Teoria do Equilíbrio”, defendia os interesses dos países Latino-Americano e a industrialização por substituição de importação. Segundo ele, a liberalização comercial prejudica o desenvolvimento dos países periféricos. No período entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 70, grande parte dos países em desenvolvimento limitou as importações de manufaturas como forma de acelerar o desenvolvimento, e por muitos anos esta estratégia sustentou o argumento de desenvolvimento econômico. Este grupo de nações alegava que seguindo o modelo de vantagem comparativa, sempre ficariam em posição subordinada em relação às nações desenvolvidas. Desta forma, acreditavam que a criação de um setor industrial forte, em que os produtores nacionais são protegidos da competição internacional, era a chave para o desenvolvimento econômico.

Neste ponto, podemos iniciar uma discussão acerca do sucesso econômico de um grupo de pequenas economias do Leste Asiático: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, os Tigres Asiáticos. O que esse bloco de nações tem em comum é o notável crescimento e um rápido ganho de importância no cenário internacional em meados dos anos 80. Estas nações passaram por mudanças significativas em sua política econômica,

que incluíam a redução da regulamentação, somada a uma abertura econômica intensa, na qual os Tigres Asiáticos tornaram-se grandes “Plataformas de exportação”. Desta forma, a industrialização voltada à exportação caracterizou o “Boom Asiático”. Desmitificando o pensamento anterior, principalmente nos países em desenvolvimento, em uma industrialização por substituição de importação.

No entanto, muito se discute sobre a verdadeira razão para tal sucesso. Estas nações implementaram diversas outras reformas econômicas, de forma que, torna-se difícil medir a importância da liberalização comercial por si só. Ainda é possível dizer que, o sucesso destas economias deve ser atribuído a um surto de investimento, não há um milagre de exportação. Ou seja, com a abertura comercial estes países atraíram um alto volume de capital estrangeiro, possibilitando que se investisse em máquinas e equipamentos, permitindo posteriormente o surto de exportação.

Mesmo que o “Milagre asiático” tenha sido atribuído a abertura comercial e a industrialização orientada para exportações, alguns economistas, como o inglês *James Montier*, acreditam que o sucesso asiático atribuído às exportações se trata de um mito e até mesmo uma falácia. *James* vem buscando derrubar mitos acerca do “milagre econômico asiático”, sustentando-se no argumento de que as altas taxas de crescimento podem ser facilmente alcançadas pelo aumento das taxas de poupança e de investimento. *Montier*, que já esteve no Brasil para uma reunião com o Ministério da Fazenda e Banco Central, afirma que a grande lição não está na busca por milagres e sim na gestão econômica.

O que esta monografia busca discutir é, até que ponto a abertura comercial e adoção de posturas mais liberais de fato contribuíram para a decolagem destas economias asiáticas. Ou seja, se o crescimento foi ou não impactado pela abertura, a partir da discussão acerca de comércio e bem-estar, modelos teóricos e a dificuldade em mensurar até que ponto a abertura comercial conduz ao desenvolvimento. Analisando, sobretudo, a evolução econômica das economias asiáticas e outros países chaves na década de 80.

2. UMA ANÁLISE DO MILAGRE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 80

A fim de iniciarmos esta monografia, faz-se necessário entender a estrutura deste bloco de economias do Leste Asiático, pontuando as possíveis razões para o seu sucesso, assim como o que estes países tinham em comum, e que sobretudo os diferenciavam do resto do mundo. Os países do Leste asiático apresentaram na época grandes superávits e uma considerável acumulação de reservas em moeda forte. Estas nações “se aproveitaram” da ampliação do déficit em conta corrente Norte Americano. Segundo o economista *Luiz Gonzaga Belluzo* (*Razões do Sucesso Asiático 2004*), a internacionalização da “estrutura sem custos”, promovida pelo Estados Unidos, da sua indústria manufatureira e de serviços, possibilitou que o investimento global estivesse concentrado nas áreas de crescimento rápido, combinando a oferta elástica dos fatores de produção e da incorporação do progresso tecnológico. Desta forma, segundo *Belluzo*, o sucesso asiático, foi possibilitado pela integração pelo comércio e atração de capital de investimento, associado a políticas macroeconômicas e proteção de uma taxa de câmbio competitiva.

O termo “Tigres Asiáticos” surgiu na década de 80 para denominar o grupo de países asiáticos composto por Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura. Sabemos que estas nações se transformaram em potências mundiais em um curto período. Mesmo que tenham se destacado entre os países do Leste Asiático, vale ressaltar que existem outros países que compõem o grupo conhecido como *High Performing Asian Economies*, bastante popular na década de 80 pelo seu notável crescimento. São eles: Japão, Indonésia, Malásia e Tailândia. Para descrever o “Milagre Asiático”, é preciso analisar o contexto histórico da época e as características destas nações. Mesmo que, muitas vezes sejam vistas como um só bloco, estas economias asiáticas adotaram conjuntos de medidas que diferiam entre si, além de diferentes intensidades de intervenção governamental. Ademais estes países possuíam diferenças em seus recursos naturais, população, cultura e políticas econômicas. O que de fato diferenciou estas economias do resto do mundo, foram as altas taxas de crescimento e a baixa desigualdade durante a década de 80. Como podemos explicar o sucesso destas economias? As equipes do Banco Mundial destes países se reuniram e realizaram

estudos a fim de explicar este *boom* econômico. Os economistas *Daniel Leipziger* e *Vinod Thomas* em seu documento “As origens do Sucesso do Leste Asiático” (1994) argumentam que o sucesso asiático pode ser atribuído principalmente a políticas macroeconômicas, investimentos em recursos humanos e orientação para o exterior.

Os países asiáticos até a década de 60, possuíam baixos indicadores sociais e uma economia instável bastante dependente da importação de bens de consumo. Ademais, as condições de trabalho eram péssimas e o analfabetismo crescente. No entanto, uma junção de fatores tornou este bloco de países em uma das regiões mais desenvolvidas do mundo. É o que discutiremos a seguir.

O documento escrito por *Daniel Leipziger* e *Vinod Thomas* em 2004, explora as razões pelas quais este bloco de nações saiu em disparada no desenvolvimento econômico. Neste sentido, é necessário pontuar a extrema disciplina fiscal vigente no Leste Asiático. Com uma inflação controlada por grande parte da sua história, essas nações foram capazes de manter os déficits fiscais e de conta corrente bem inferiores à média de outros países, isto graças ao controle macroeconômico pontual e eficaz por parte do governo. As economias asiáticas se diferenciavam em sua habilidade em manter os déficits dentro dos limites, sem que eles tivessem dificuldades em financiá-los, ademais estes limites foram ampliados à medida que as economias se desenvolviam (*Leipziger e Thomas 1994*). Segundo o documento publicado em 1993 pelo *The World Bank*, dentre as razões pelas quais estes países financiaram seus déficits com sucesso, está o aumento da demanda por ativos financeiros, possibilitado pelo crescimento rápido. Desta forma, foi possível absorver maiores níveis de financiamento sem efeitos significativos sobre a inflação. A inflação foi poupada, uma vez que as altas taxas de poupança incentivaram a demanda por dinheiro e ativos financeiros, possibilitando o financiamento do déficit interno. Além disso, deve-se considerar um baixo nível da relação dívida PIB inicial.

Sabemos que uma taxa de inflação sobre controle amplia a capacidade de planejamento não só das empresas como das famílias (consumo). Neste sentido, há uma maior previsibilidade para o longo prazo, o que é favorável para a indústria como um todo, que pode se planejar melhor e crescer de forma saudável. Em suma, o que *Leipziger e Thomas* gostariam de dizer, é que o controle eficaz da economia foi imprescindível para o sucesso destas economias. Visto que, um cenário de inflação moderada e controlada contribui diretamente para geração de crescimento e de

empregos.

Deve-se destacar o papel dos investimentos externos nesta história, durante o período o aumento do investimento no PIB foi considerável e as estimativas de retorno também. Os países em desenvolvimento do Leste Asiático, destacam-se pela alta participação no investimento privado, aproximadamente sete pontos percentuais acima do que a média mundial de outras economias em desenvolvimento, de acordo com o artigo *The East Asian Miracle*, publicado pelo *The World Bank* em 1993. A capacidade de resposta a choques econômicos destas nações também foi essencial para o crescimento de longo prazo das economias asiáticas. Isso devido aos mercados flexíveis, que facilitou as rápidas reações do setor real às iniciativas governamentais.

Pela tabela abaixo publicada para o Banco Mundial pela Fundação Getúlio Vargas em 1990, podemos visualizar os dados anuais médios da economia mundial na década de 80. Com destaque do Leste Asiático no período, apresentando não só um crescimento real do PIB bastante acima do resto do mundo, cerca 8,4% entre 1980 e 1989, como também uma grande proporção investimento/PIB, também acima da média mundial. Por último, os dados exibem a orientação para exportação adotada por este bloco de nações asiáticas. Enquanto o crescimento do volume de exportações no leste asiático, entre 1980 e 1989 foi de 14,7%, na América Latina e Caribe foi apenas de 4,9%. Este último dado, reflete a postura orientada para o interior dos países latino-americanos, que adotaram diversas políticas comerciais protecionistas e bastante restritivas, uma vez que eram a favor da adoção de um modelo de industrialização por substituição de importação, o que veremos posteriormente.

Tabela 1

*Indicadores de desempenho da economia mundial, década de 80**

<i>Grupo e Região</i>	<u>Crescimento real do PIB</u> <i>1980-89</i>	<u>Crescimento do volume de exportações</u> <i>1980-89</i>	<u>Investimento interno bruto/PIB</u> <i>1980-89</i>
<i>Países Industrializados</i>	3,0	4,8	20,9
<i>Países em Desenvolvimento</i>	4,3	6,1	24,3
<i>África Subsaariana</i>	1,0	0,0	16,1
<i>Leste Asiático</i>	8,4	14,7	30,0
<i>Sul da Ásia</i>	5,5	6,1	22,3
<i>Leste Europeu</i>	1,4	3,8	29,4
<i>Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa</i>	2,9	6,4	25,9
<i>América Latina e Caribe</i>	1,6	4,9	20,1

Taxas médias anuais no período

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990, Fundação Getúlio Vargas

Outro ponto de destaque refere-se a um aumento da produtividade, graças a uma alocação eficiente de capital. Isto é resultado da qualidade da mão de obra, consequência do investimento acima da média mundial em educação. A região desde 1960 já vinha apresentando bons indicadores educacionais com relação a outras economias do mundo em desenvolvimento, o investimento público elevado possibilitou uma alta taxa de retorno em educação também. Esta mão de obra de qualidade promoveu além de maior equidade, uma maior eficiência econômica (*Leipziger e Thomas 2004*). Segundo *John Page*, em *The East Asian Miracle*, as taxas de matrículas são mais altas em níveis mais elevados de renda per capita. Nos países do Leste Asiático, no entanto, essas taxas tendem a ser mais altas do que o previsto para determinado nível de renda. Desta forma, esta base de capital humano de qualidade desenvolvida pelas economias do Leste Asiático, foi essencial para acelerar o crescimento destes países, atingindo um nível de alfabetização e educação precoce bastante superior a outras nações em desenvolvimento. Por fim, há uma redução da desigualdade de renda, possibilitado pela acumulação de capital humano e consequentemente de trabalhadores qualificados. Assim como *Page, Leipziger e Thomas*, também destacaram o papel da base de capital humano extremamente qualificada. O que graças aos investimentos em educação, certamente influenciou os níveis de produtividade. A questão da produtividade é facilmente compreendida através do conceito econômico de “*produtividade marginal decrescente*”. À medida que, acrescentamos mais “unidades de trabalhadores” na indústria (sem interferir na quantidade de capital), a produtividade por trabalhador deve cair. Isto porque teremos muitas unidades de mão de obra para uma mesma quantidade de capital, até o momento que a produção se torna ineficiente. O que os autores acima explicam, é que a medida em que temos um investimento forte em mão de obra e a formação de uma base de trabalhadores mais qualificados que o resto do mundo, a quantidade de mão de obra não precisa se alterar para que se tenham ganhos de produtividade.

O que é importante ter em mente, até este momento, é todo um contexto próspero e favorável que vigorava no ambiente econômico e social destas nações asiáticas. Ambos os autores discutidos ao longo deste capítulo, pontuam não só condições macroeconômicas favoráveis ao desenvolvimento da indústria e do emprego, como também um investimento fortíssimo em educação. No entanto, acredito que não se deve dispensar o papel das exportações neste processo. É claro que níveis educacionais altos implicam na qualificação da mão de obra e consequentemente na produtividade. Além

disso, uma economia estável também favorece o desenvolvimento das indústrias, principalmente em termos de planejamento e previsibilidade. Porém, uma economia orientada para o exterior permite não só ganhos econômicos (mercado amplia), como também ganhos de eficiência. Uma indústria exportadora precisa estar à frente dos processos produtivos mais eficientes e tecnológicos, para não só ter preços reduzidos, como também aumentar a qualidade dos produtos que ela oferece. Um ponto levantado pelos economistas *Leipziger e Thomas*, no artigo citado, e que devo concordar, é que não devemos confundir o “comércio exterior com abertura comercial”, uma vez que algumas economias asiáticas como a própria Coreia impuseram um protecionismo “moderado” as exportações de manufatura.

Deve-se pontuar a questão da alocação de recursos. John Page (*The World Bank*), economista formado em Stanford explica que a corrente fundamentalista defende a ideia de que a acumulação de capital e sua alocação feita de forma eficiente, podem explicar as taxas de crescimento das altas rendas no período. Em suma, os fundamentalistas atribuem o sucesso asiático à acumulação eficiente de capital, o que só foi possibilitado graças a políticas que aumentam o capital físico e humano por trabalhador. O ambiente macroeconômico estável, fornecido pelos governos asiáticos, possibilitou a criação de uma estrutura adequada para promover a competição tanto nacional quanto internacional, o que já havia sido discutido também por *Leipziger e Thomas*. Além disso, a baixa distorção de preços relativos pode ser atribuída a orientação destes países ao comércio internacional e ausência de políticas distorcivas. Por outro lado, a corrente conhecida como “mística”, dá a devida importância ao processo de acumulação. No entanto, acredito que o papel do desenvolvimento tecnológico foi muito maior, isto é empiricamente comprovado pelas taxas de crescimento da produtividade.

Os dados empíricos sugerem que o alto nível de investimento em capital físico e humano no Leste Asiático, neste período, é de fato maior em comparação com outros países em desenvolvimento, na época. A participação do investimento no PIB asiático no período foi bastante significativa e acima da média mundial, o que proporcionou uma taxa de retorno também acima da média. Independente da discussão mística x fundamentalista, os países asiáticos tiveram um desempenho superior na acumulação, alocação e recuperação tecnológica, graças a uma combinação de políticas orientadas para o mercado. A gestão macroeconômica, como já discutido anteriormente, foi imprescindível para o sucesso deste bloco de países, responsável por criar uma estrutura adequada para

investimento e bancária também. Esta última, tornou o sistema bancário bem mais acessível a aqueles que não possuíam o hábito de poupar, o que conseqüentemente aumentou os níveis de poupança nacional. Destacam-se políticas educacionais e agrícolas que tiveram efeito positivo sobre a força de trabalho qualificada e produtividade (*The East Asian Miracle, 1993*).

Na discussão acerca do Milagres Asiático é imprescindível falarmos sobre o papel das exportações e o sucesso de penetrar nos mercados internacionais. Até cerca de 30 anos após a Segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos seguiam e acreditavam no modelo de industrialização por substituição de importação, gozando de um protecionismo relativamente alto. Entre as décadas de 60 e 70, existia um certo protecionismo moderado nas importações, até mesmo nos países do leste asiático. Mesmo que na década de 80 houvesse significativo protecionismo, havia espécies de políticas compensatórias que impediam que este protecionismo gerasse qualquer desincentivo para as exportações. Isto porque não havia um desejo para a supervalorização cambial, ademais os exportadores eram, muitas vezes, isentos de impostos e tinham acesso a zonas de livre comércio. A flexibilidade no mercado de trabalho e o apoio institucional foram pontos importantes no sucesso deste modelo de exportação. Pode-se acrescentar que as economias asiáticas souberam lidar muito bem com este volume de investimento externo direto. Na Cingapura, por exemplo, como o investimento externo era parte importante da estratégia, grande parte das políticas públicas tinham como objetivo a atração de multinacionais. Mesmo que estes países tenham por um momento adotado o modelo de industrialização por substituição de importações, foi por um curto período. Hong Kong e Cingapura, estabeleceram o livre comércio, à medida que, preços nacionais foram vinculados a preços internacionais, foram disponibilizados créditos para exportação. No Taiwan, mesmo que houvesse uma certa proteção, o acesso ao crédito de exportação e a subvalorização da moeda, compensaram este protecionismo. No entanto, o que é comum de todos estes governos é o comprometimento em promover as exportações dos manufaturados (*Leipziger e Thomas 2004*). Na tabela abaixo, podemos observar o crescimento da participação das *High Performing Asian Economies* na exportação mundial. Em 1965 esta participação era cerca de 6,9%, no final da década de 90 alcançou 18,2%, a maior parte deste crescimento pode ser atribuído às manufaturas. Nas décadas de 70 e 80, a participação dos Tigres Asiáticos nas exportações cresceu substancialmente mais que outras nações em desenvolvimento, e até mesmo outras economias asiáticas.

Tabela 2

<i>Economia</i>	<i>Participação na exportação mundial</i>			<i>Participação na exportação de economias em desenvolvimento</i>		
	<i>1965</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>1965</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>
<i>Exportações Totais</i>						
Japão	5	7	9	-	-	-
Tigres Asiáticos	1,5	3,8	6,7	6,0	13,3	33,9
Sudeste Asiático	1,5	2,2	2,4	6,2	7,8	12,4
HPAE Subtotal	7,9	13,1	18,2	12,2	21,1	56,3
Todas economias em desenvolvimento	24,2	28,7	19,8	100	100	100
Mundo	100	100	100	-	-	-
<i>Exportação de manufaturas</i>						
Japão	7,8	11,6	11,8	-	-	-
Tigres Asiáticos	1,5	5,3	7,9	13,2	44,9	61,5
Sudeste Asiático	0,1	0,4	1,5	1,1	3,8	12
HPAE Subtotal	9,4	17,3	21,3	14,2	48,6	73,5
Todas economias em desenvolvimento	11,1	11,8	12,9	100	100	100
Mundo	100	100	100	-	-	-

Fonte: East Asian Miracle, The World Bank

O papel das exportações no sucesso das economias asiáticas pode e deve ser mencionado. Mesmo que, *Leipziger e Thomas* levantem uma discussão, ao mencionar medidas protecionistas adotadas por algumas destas economias na época, e *Page* de um maior destaque ao processo de acumulação de capital, acredito que devemos considerar todas as vantagens que podem ser obtidas com o comércio exterior. Podemos relacionar a exportação com aumento da produtividade, uma vez que as empresas que exportam têm um maior acesso às inovações tecnológicas e as melhores práticas de mercado. À medida que um país exporta seus produtos eles estão sujeitos à competição internacional, logo, precisam se diferenciar, tanto pelo preço quanto pela qualidade do produto em si. O acesso à inovação tecnológica, propicia indiretamente uma melhora na qualidade e queda de preços. O que é favorável para o consumidor, que acessa produtos de melhores e mais baratos e para o produtor, que é capaz de aumentar sua produtividade e eficiência. Neste sentido, acredito que o crescimento das exportações represente muito mais que ampliação de mercado e lucros. A geração de renda oriunda do comércio exterior não vem só do simples aumento de vendas, mas sim do aumento da produtividade e dos avanços tecnológicos, resultado da exposição à competição internacional.

Por sua vez, o documento *The East Asian Miracle (1993)*, publicado pelo The World Bank resume de forma clara e sucinta os motivos discutidos acima, que na visão de *John Page*, levaram ao Sucesso das *High Performing Asian Economies*. As altas taxas de

poupança e investimento possibilitaram desenvolvimento tecnológico, aumento das exportações, estabilidade macroeconômica, que garantiu a manutenção da inflação em níveis moderados e a contenção de déficits no orçamento, qualidade da mão de obra, possibilitada pelo investimento em recursos humanos e por fim, aumento do emprego e salário, acarretando uma melhor distribuição de renda. O que é interessante sobre as ambas as análises discutidas no capítulo (*John Page e Leipziger e Thomas*), é o papel de destaque atribuído ao ambiente macroeconômico estável e a mão de obra de qualidade. Ou seja, percebe-se a importância de condições macroeconômicas estáveis para a indústria tenha incentivo para crescer e principalmente para que haja segurança e interesse em se realizar investimentos. Ademais, uma mão de obra de qualidade, não é apenas um título de “ótimos níveis educacionais”, mas uma capacidade de ganhos de produtividade e conseqüentemente de crescimento. Em suma, mesmo que acredite que o comércio com exterior tenha tido um importante papel no desenvolvimento asiático, devo concordar com as análises de *Page e Leipziger e Thomas*, no que diz respeito à estabilidade macroeconômica e qualificação da mão de obra. Ainda que o contato com o exterior, permitisse contato com as novas tecnologias do mercado, se não houvesse boas condições macroeconômicas, não haveria interesse dos investidores nas indústrias asiáticas, nem incentivos para investir. Ademais, uma mão de obra qualificada possibilita que os avanços tecnológicos sejam feitos com maior rapidez e eficiência.

A tabela abaixo, publicada em 1993 pelo The World Bank, e retirada do artigo “Desenvolvimento Econômico no Leste e Sudeste Asiático na segunda metade do século XX” (José Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus), ilustra a taxa de crescimento médio anual do PIB, a preços de mercado, em %. A partir dela, podemos dimensionar o impressionante crescimento destes países na época, que mantiveram taxas de crescimento bem acima da média mundial.

Tabela 3

	1960-70	1970-80	1980-90	1990-95	1900-00	1900-03
<i>Japão</i>	10,9	5,0	4,0	1,0	1,3	1,3
<i>Córea do Sul</i>	8,6	9,5	9,4	7,2	5,7	5,5
<i>Singapura</i>	8,8	8,5	6,4	8,7	7,8	6,3
<i>Hong Kong</i>	10,0	9,3	6,9	5,6	4,00	3,7
<i>Taiwan</i>	9,2	9,7	7,1	5,9	5,8	4,9
<i>Filipinas</i>	5,1	6,3	1,00	2,3	3,2	3,5
<i>Tailândia</i>	8,4	7,2	7,6	8,4	4,2	3,7
<i>Indonésia</i>	3,9	7,6	6,1	7,6	4,2	3,5
<i>Malásia</i>	6,5	7,8	5,2	8,7	7,00	5,9
<i>China</i>	5,2	5,8	10,2	12,8	10,3	9,5

Fonte: Desenvolvimento Econômico no Leste e Sudeste Asiático na segunda metade do século XX, José Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus

No entanto, um ponto de bastante controvérsia é o papel da intervenção do governo neste processo. Na maioria dos casos, o governo interveio fortemente através de diversos canais em prol do desenvolvimento, muitas vezes, de setores específicos. Ou seja, para indústrias selecionadas através de subsídios, redução das taxas de empréstimo, proteção das importações domésticas, além de investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento de indústrias específicas. Entretanto, neste processo algumas indústrias foram promovidas e outras não, de forma que, pode-se associar estas estratégias de promoção a altas taxas de investimento privado. Taiwan, Cingapura e Hong Kong, estabeleceram programas com o objetivo de incentivar determinadas indústrias mais avançadas. Além disso, governos intervieram sistematicamente nos mercados para controlar taxas de juros e direcionar o crédito. As políticas industriais foram, de fato, um dos pontos mais controversos no Milagre Asiático. No entanto, não se observaram resultados tão desastrosos como os observados em outras economias em desenvolvimento. Em outras palavras, as intervenções tinham como objetivo que determinadas indústrias selecionadas ganhassem competitividade, através de subsídios e crédito concedido diretamente a elas. Por outro lado, muito se discute sobre o efeito dessas políticas sobre o desenvolvimento destes países, defendendo que na verdade, a promoção das exportações foi responsável por esse aumento da produtividade (*Leipziger e Thomas 1994*).

No entanto, mais para frente alguns dos países integrantes do leste asiático chegaram à conclusão de que estas políticas mais se aproximavam da substituição de importações do que propriamente da promoção de exportações. A própria Indonésia parou de adotar políticas industriais seletivas em prol de políticas orientadas para o exterior, assim como a Tailândia. Alguns estudiosos, atribuem um maior valor ao papel do estado nesse processo. *Rodrik (1994)* realça o papel do governo no planejamento do desenvolvimento por meio de medidas protecionistas seletivas e estratégicas, principalmente voltada para as indústrias locais, garantindo lucros elevados. Isto possibilitou que estas indústrias produzissem produtos de melhor qualidade, alcançando também o mercado exterior.

Como já discutido, a estabilidade macroeconômica, garantida por uma gestão impecável dos governos da época, foi muito importante para contenção de déficits orçamentários, câmbio e dívida externa (*East Asian Miracle, 1993*). A característica comum na história destes países é o papel das exportações e sua contribuição para o desenvolvimento. No entanto, é difícil definir até que ponto apenas o comércio exterior foi responsável pelo Milagre Asiático, e por si só, promoveu intenso desenvolvimento econômico. Estas economias, tiveram sucesso em sua gestão macroeconômica, souberam responder muito bem a choques e mantiveram uma baixa inflação. Este último ponto é imprescindível para o desenvolvimento, uma vez que, inflação elevada e déficits elevados reduzem a taxa de acumulação de capital e a produtividade (*Fischer 1993*).

Ao longo deste capítulo, observou-se a análise de economistas importantes a respeito dos motivos que favoreceram a sucessão do “Milagre”. Acredito que um ambiente macroeconômico estável foi imprescindível para assegurar sobretudo a confiança dos investidores, uma vez que a previsibilidade e planejamento são ferramentas essenciais para o desenvolvimento de qualquer economia. Ademais, o alto investimento em educação permite que se desenvolva uma mão de obra qualificada capaz de se adaptar a qualquer mudança de mercado. A questão da intervenção governamental também deve ser levada em conta, dado que certas economias asiáticas gozaram de certo grau de intervenção ao longo destes prósperos anos. Neste sentido, acredito que não se deve generalizar o "milagre" como resultado de apenas políticas liberais ou simplesmente abertura econômica. No entanto, creio que condições econômicas estáveis e investimentos em educação por si só, não foram os únicos responsáveis por este crescimento exponencial. Estes fatores combinados com o comércio exterior permitiram ganhos de produtividade e desenvolvimento econômico rápido destas economias

asiáticas.

3.DISSCUSSÃO DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO X ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ORIENTADO PARA O EXTERIOR

Segundo Arndt (1997), o período posterior à Segunda Guerra Mundial, foi marcado por uma maior preocupação dos países industrializados com relação aos países em desenvolvimento. Isto deve-se a três razões principais: a Guerra Fria tornou como principal estratégia dos países envolvidos o financiamento de nações em desenvolvimento, como forma de estabelecer poder e dominância sobre o mundo. Segundo os países passaram a ter direito de voto em instituições mundiais como a Organização das Nações Unidas e por fim, os países desenvolvidos passaram a ser taxados como culpados pela miséria e subdesenvolvimento das nações em desenvolvimento. Segundo *Carbaugh (2004)*, os países em desenvolvimento discutem duas estratégias para a industrialização, primeiramente a industrialização por substituição de importação, ou seja, o papel das indústrias consiste em abastecer o mercado interno, e por último a industrialização orientada para a exportação, incentivando os setores nos quais o país possui vantagem comparativa

Como discutido no capítulo anterior, as condições macroeconômicas estáveis foram peça essencial para o *boom* econômico no leste asiático. Deve-se destacar também a disciplina fiscal, investimento na área de recursos humanos e o desenvolvimento das exportações. Os grandes defensores de políticas liberais acreditam que o sucesso asiático pode ser atribuído a esta estratégia orientada para o exterior. Por outro lado, discute-se que na prática, estas nações asiáticas adotaram diversas políticas protecionistas, que proporcionaram ganhos de competitividade para as suas indústrias. Os defensores da proteção da indústria nacional argumentam que países em desenvolvimento não teriam condições de se equiparar a nações desenvolvidas sem a intervenção do estado. A experiência asiática “apimentou” este debate, uma vez que exhibe correlação do aumento das exportações com o crescimento econômico. Neste ponto, é interessante iniciar este debate econômico que contrapõe o modelo de substituição de importação com a estratégia de desenvolvimento orientada para o

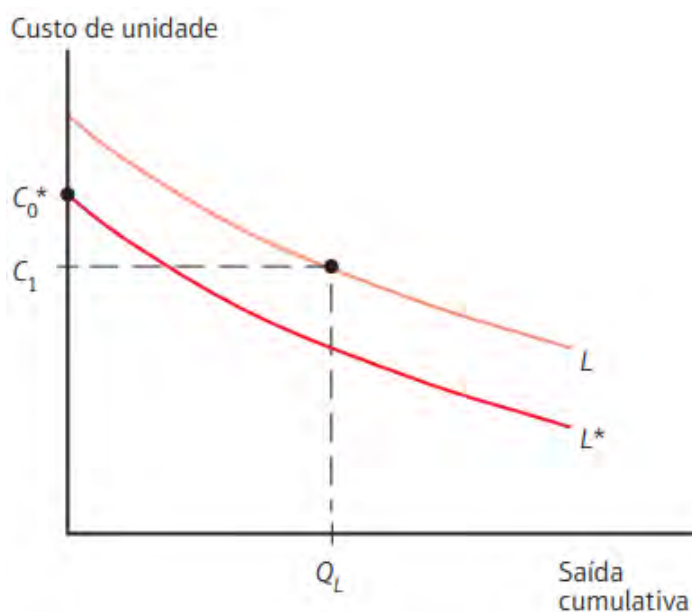
exterior.

Até a década de 80 as políticas comerciais nos países em desenvolvimento eram influenciadas pela ideia de que o desenvolvimento econômico seria obtido a partir da criação de um setor industrial forte. O que seria possível através da proteção dos produtores nacionais, chamada “estratégia de industrialização por substituição de importação”. No período entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 70, esta foi a estratégia escolhida pelos países em desenvolvimento, a fim de promover o setor industrial a partir de limites criados à importação de manufaturas. *Krugman e Obstfeldt* (2001), fazem parte da corrente de economistas que defendem a industrialização por substituição de importação, uma vez que acreditavam que a economia estava estruturada de tal forma, que colocava os novos entrantes em posição inferior, dado que os países industrializados possuem vantagens muito difíceis de serem superadas. Por sua vez, *Raúl Prebisch* (2000) acredita que o progresso técnico só beneficia os países já industrializados e *Carbaugh* (2004) acredita não haver razão para se produzir externamente, uma vez que existe demanda interna por determinado bem. Segundo este último autor, existem diversas vantagens associadas à industrialização por substituição de importação, dentre eles a pré-existência de um mercado interno para bens manufaturados e a facilidade em proteger os produtores nacionais da competição estrangeira.

Neste sentido, os PEDs buscavam acelerar o crescimento a partir da limitação da importação de manufaturas, a fim de preservar a indústria nacional, adotando políticas protecionistas. Existiam alguns argumentos que sustentavam esta estratégia, segundo o “Argumento da indústria nascente” *Slaughter* (2004), proteger este setor o prepara para no futuro, um comércio mais livre, inicialmente, aumentando sua produtividade, incentivando fornecedores locais, realização de pesquisa e desenvolvimento e investimento em capital físico. Desta forma, ao proteger inicialmente estas indústrias permitirá que elas cresçam o suficiente para competir com outras nações estrangeiras. Este conceito pode ser melhor entendido a partir da curva de aprendizagem. Segundo *Krugman e Obstfeldt* (2001), esta curva (figura abaixo) mostra que o custo da unidade (C) é menor quanto maior for a experiência de determinado país em determinada indústria (L). Neste sentido, países desenvolvidos têm um menor custo de produção associado à sua produtividade superior, acumulada ao longo dos anos. Por sua vez, países em desenvolvimento, que não possuem experiência naquela indústria, possuem

um custo de produção inicial já elevado, o que os coloca em desvantagem em relação a países que podem produzir certo bem mais barato, em razão da sua experiência acumulada. A curva do aprendizado, justificaria medidas protecionistas, até o momento que estes países possam competir com as nações desenvolvidas internacionalmente (*Da Silveira, 2007*).

Gráfico 1



Fonte: Krugman e Obstfeldt (2001)

No entanto, este argumento possui vários problemas. Segundo *Pack e Saggi (2006)*, esta proteção inicial poderia levar os países a se especializar em indústrias que não possuíam vantagem comparativa. Segundo os autores, não se deve fornecer todo setor e sim aquelas firmas que estão inovando no mercado. Outro ponto importante, é que nem sempre pode ser favorável proteger hoje indústrias que só terão vantagem comparativa no futuro. Neste quesito, podemos fazer uma correlação com um dos Tigres Asiáticos, a Coreia do Sul, que se tornou uma das maiores exportadoras de automóveis durante o “Milagre”. Na década de 60, o capital e o trabalho ainda eram escassos. Desta forma, não fazia sentido proteger a indústria, visto que ela ainda não teria condições de se desenvolver. Além disso, argumenta-se que por este modelo de industrialização por substituição de importação, não há incentivo para que as indústrias locais se desenvolvam, uma vez que possuem um amplo mercado “protegido”. A partir do momento em que determinada indústria tem seu mercado

garantido, por meio de recursos protecionistas, ela não será (ou será pouco) exposta à competição de outras empresas do ramo. Uma vez que não compete com outras firmas, não há incentivos para que ela melhore sua produção e a qualidade de seu produto, pois (i) não há interesse em reduzir custos de produção, pois não compete com preços menores que o seu e (ii) não há incentivos para melhora na qualidade do produto, dado que o mercado protegido garante que haverá pouca interferência (ou nenhuma) das firmas “rivais”. Outro argumento plausível, é que a proteção de determinadas indústrias pode desviar recursos de outras com um maior potencial de exportação.

Por sua vez, a estratégia de desenvolvimento orientada para exportações, é pautada no incentivo às exportações de bens manufaturados e na redução de proteção a indústrias se baseando nos preceitos de livre comércio. Este modelo, como veremos no próximo capítulo, se mostrou mais bem sucedido, principalmente na experiência asiática, e segundo seus defensores, foi o responsável pelo período conhecido como Milagre Asiático. Segundo *Carbaugh* (2004), existem diversas vantagens associadas a este modelo, que possui como pressuposto a industrialização como consequência do desenvolvimento e não como responsável por ele. Dentre elas, esta estratégia estimula as indústrias as quais o país possui vantagem comparativa. Além disso, permite um maior aproveitamento das economias de escala. Por fim, a exposição à concorrência estrangeira impõe às indústrias nacionais uma necessidade de se desenvolver em termos de eficiência e tecnologia, temos um aumento da produtividade. Além disso, existe uma ideia de que o livre comércio proporciona ganhos adicionais de bem-estar. Uma vez que mercados protegidos limitam os ganhos associados às economias de escala, o livre comércio, estimula os produtores nacionais a inovarem seus produtos e processo produtivo, dado que estão expostos à concorrência internacional. O que é ótimo do ponto de vista de produtividade (*Krugman e Obstfeldt, 2001*).

No entanto, não estamos tratando de um modelo livre de críticas. As nações em desenvolvimento podem ter certas dificuldades em estabelecer sua indústria, já que possuem várias desvantagens competitivas com relação aos países desenvolvidos. Além disso, os países desenvolvidos costumam proteger suas indústrias por meio de commodities intensivas em mão de obra, onde as nações em desenvolvimento já possuem vantagem comparativa *Carbaugh* (2004). Pode-se argumentar que existem falhas de mercado, que necessariamente precisam ser corrigidas mediante intervenção governamental. Nestes casos existe um benefício social marginal que não é capturado

pelo excedente do produtor, justificando medidas “corretivas” como tarifas e outras políticas protecionistas (*Krugman e Obstfeldt, 2001*). Por outro lado, *Mateus (2005)* pontua os efeitos de uma estratégia de desenvolvimento orientada para o exterior sobre produtividade da indústria, pautados no preceito de que a exposição à concorrência internacional estimula as firmas locais a aumentarem sua eficiência e a qualidade de seus produtos, além de permitir o aproveitamento das economias de escala.

O que sabemos é que este bloco de nações asiáticas adotou um modelo de exportações orientado para o exterior, posteriormente entraremos mais a fundo nos argumentos dos estudiosos que acreditam que o crescimento não é consequência da adoção do livre comércio. Por ora vamos considerar que o Milagre Asiático, foi resultado de uma taxa de investimento elevada, alta taxa de poupança, explosão das exportações e formação de uma base de trabalhadores qualificados, resultado de um investimento elevado em educação.

4. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA LATINO AMERICANA X LESTE ASIÁTICO

No capítulo anterior iniciou-se a discussão entre as duas estratégias de industrialização propostas pelos economistas da época, a industrialização por substituição de importação e a industrialização orientada para as exportações. Por muito tempo discutiu-se qual seria a melhor opção a ser adotada pelos países em desenvolvimento. Trata-se de um debate longo e bastante controverso. Analisaremos a trajetória do desenvolvimento do Leste Asiático e da América Latina a fim de trazer alguma comprovação empírica para a discussão. As evidências implicam crer que países em desenvolvimento, que seguiram políticas de livre comércio e orientadas para o exterior cresceram mais do que outros países que adotaram políticas contrárias (protecionistas e orientadas para o interior).

A experiência latino-americana, que veremos a seguir, em comparação com a asiática é uma das grandes evidências que a competitividade industrial deve estar voltada para o mercado global. Sabemos que os países do leste asiático estavam interessados na promoção de exportações, como também no desenvolvimento de capacidades tecnológicas. Ademais, devemos destacar o importante papel do governo nesta história, que concedia grande apoio aos mercados e garantia implementação eficaz das políticas, neste sentido o leste asiático contava com excelente planejamento e ação governamental. Por sua vez, as políticas produtivas da América Latina, começaram a sinalizar que estavam indo mal já no início da década de 70. Estes países baseavam-se no pressuposto de que o desenvolvimento econômico dependeria da proteção das indústrias nacionais manufatureiras. No entanto, é notável que a densidade industrial da região cresceu bem menos que a do leste asiático, mesmo que, a industrialização fosse pautada em diversas políticas protecionistas, os resultados foram inversos. Enquanto os HPAEs mantinham rápido crescimento, os países latino-americanos permaneciam estagnados. Segundo estudo publicado pelos economistas *Neumeyer e Hopenhayn* (2004), a estratégia de industrialização por substituição de importação utilizada pelos países latino-americanos somada a uma baixa produtividade, foi

responsável pelo colapso. Em suma, a economia foi fechada a importação de mercadorias estrangeiras, devido ao próprio sistema de industrialização por substituição de importação que também subsidiava a acumulação de capital em determinados setores (para estimular a indústria local).

A industrialização por substituição de importação passou a perder a credibilidade no início dos anos 80, dado que os países em desenvolvimento estavam ficando em uma posição cada vez mais estagnada com relação aos desenvolvidos. *Salvatore* (2000) explica que, o protecionismo exacerbado e os subsídios à indústria provocaram um excesso de acumulação de capital. Além disso, alguns setores como a agricultura foram deixados de lado, provocando queda nas receitas de exportação. Na América Latina, houve deterioração dos termos de troca, escassez de crédito e uma queda dos investimentos externos, algumas destas nações passaram a conviver com crises econômicas intensas e períodos de forte recessão e inflação.

Evidências sugerem que países que seguiram políticas comerciais mais livres tiveram seu crescimento acelerado, o que alterou a visão econômica-comercial dos países em desenvolvimento. Uma vez que os dados de países asiáticos que adotaram estratégias contrárias mostraram uma taxa de crescimento bastante superior. Diversos economistas mudaram radicalmente sua mentalidade a respeito das melhores práticas para crescer economicamente. Dentre eles *Edwards* (1998), que a partir da construção de índices, chegou à conclusão de que países comercialmente fechados têm crescimento pouco expressivo de produtividade na indústria. Isto porque a redução da parcela de importações e exportações nestas economias era resultado da política de industrialização por substituição de importação. *López* (2005) também não acredita no aumento das taxas de crescimento via protecionismo industrial. Ademais, estas políticas protecionistas acabaram por dificultar a implementação de reformas econômicas, visto os conflitos de interesses criados internamente na estrutura econômica industrial.

Até este ponto, entendemos como o modelo de industrialização por substituição de importação, até então, bastante defendido pelos países desenvolvidos, perde força no cenário econômico, que passa a se voltar para um caminho mais liberal. Nesta história, o papel das economias asiáticas, e principalmente o contraste com a América Latina é imprescindível para o entendimento da queda do protecionismo industrial e ascensão de políticas liberais.

Pela tabela abaixo, já ilustrada anteriormente, podemos empiricamente observar as diferenças entre os dados de crescimento do PIB e de volume de exportações para o Leste Asiático e América Latina. Enquanto o crescimento do volume de exportações foi de 8,1% em 1989 para os países do Leste Asiático, este crescimento foi de apenas 1,4% para a América Latina. O crescimento real do PIB também foi substancialmente menor para este último grupo de países, no período mencionado. Com relação ao crescimento do volume de exportações, grande parte dele pode ser atribuída à exportação de produtos manufaturados.

Tabela 4

Indicadores de desempenho da economia mundial, 1989

Grupo e região	Crescimento real do PIB		Crescimento do volume de exportações		Investimento interno bruto/PIB*	
	1980-89	1989	1980-89	1989	1980-89	1989
<i>Países Industrializados</i>	3,0	3,6	4,80	7,60	20,9	21,5
<i>Países em desenvolvimento</i>	4,3	3,3	6,10	8,10	24,3	24,6
África subsaariana	1,0	3,5	0,00	10,10	16,1	15,2
Leste Asiático	8,4	5,1	14,70	8,10	30,0	30,7
Sul da Ásia	5,5	4,8	6,10	9,60	22,3	21,4
Leste Europeu	1,4	0,0	3,80	2,00	29,4	24,8
Oriente médio, Norte da África e outros da Europa	2,9	2,5	6,40	1,40	25,9	24,1
América Latina e Caribe	1,6	1,5	4,90	4,40	20,1	20,6

a. Os dados para 1989 são preliminares

b. Estimativas

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990, Fundação Getúlio Vargas

Um fato curioso observado é que as tendências de pobreza revelaram as tendências de desenvolvimento mundial na década de 80, ou seja, nas regiões onde a economia prosperou, a pobreza diminuiu. No período citado, a renda per capita chegou a crescer 6,7% no Leste Asiático, enquanto na América Latina e na África Subsaariana, continuava em queda. Esta diferença pode ser explicada pelas diferenças nos níveis de investimento entre ambas as regiões. Enquanto no Leste Asiático havia um processo intenso de acumulação capital e aumento da taxa de poupança e investimento, o processo inverso acontecia nas demais regiões do mundo em desenvolvimento. A capacidade de se ajustar a choques foi imprescindível para o sucesso asiático, uma vez que as economias souberam se manter estáveis frente às instabilidades, uma diferença importante com relação aos países latino-americanos, que enfrentaram grandes dificuldades. Estes choques foram responsáveis por reduzir as rendas reais de grande parte dos países em desenvolvimento. Sabe-se que um bom controle do déficit público

e da inflação são características essenciais para manutenção da estabilidade de um país, e foram bem-sucedidos aquelas que conseguiram controlá-las. Os países do Leste Asiático obtiveram destreza na estabilização de suas respectivas economias ao manter suas taxas de câmbio em níveis competitivos, por outro lado, a América Latina possuía taxas de câmbio sobrevalorizadas devido ao alto nível de protecionismo (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990).

O documento *The East Asian Miracle*, compara a capacidade de acompanhar as práticas mais avançadas do mercado dos HPAEs (*High Performing Asian Economies*), que incluem além dos quatro Tigres Asiáticos, a Indonésia, Japão, Malásia e Tailândia, outras economias em desenvolvimento. Os autores deste documento estimaram uma taxa média de mudança de eficiência técnica para estes países (ver tabela abaixo). É notável a capacidade bastante superior destas economias asiáticas em acompanhar as mudanças na fronteira tecnológica (exceto Cingapura) em comparação com outras nações em desenvolvimento como América Latina (-1,42%) e África (-3,45%). Estes dados são condizentes com a postura liberal dos asiáticos, que estavam abertos a ideias e tecnologias estrangeiras, muito influenciados pelo contato e competitividade proporcionada pelas exportações.

Tabela 5

Variações na eficiência técnica estimada para os HPAEs

Economia/região	Varição na eficiência técnica 1960-80
Hong Kong	1,9714
Indonésia	-1,2352
Japão	0,9876
República da Coreia	-0,2044
Malásia	-1,7767
Singapura	-3,4510
Taiwan	0,8431
Tailândia	0,1067
América Latina	-1,4217
África	-3,4539

Fonte: *The East Asian Miracle*, 1994

O artigo *The East Asian Miracle* considera como fundamental para o Milagre Asiático a capacidade de gestão e garantia de estabilidade em três importantes variáveis: déficit

orçamentário, dívida externa e taxa de câmbio. A manutenção da estabilidade econômica por parte dos governos destes países do Leste Asiático, certamente foi um fator diferencial com relação a outros países em desenvolvimento como a América Latina. As *HPAEs* tiveram uma maior habilidade em financiar o déficit sem desestabilizar a economia, os limites de financiamento eram conseqüentemente maiores devido ao rápido crescimento. A Tabela abaixo, retirada do artigo mencionado, nos mostra na primeira coluna uma média do déficit público como percentual do PIB na década de 80, para as *High Performing Asian Economies* e para algumas outras economias em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina. O déficit como percentual do PIB na Coreia do Sul 1,89%, chega a ser metade do mesmo valor para o Brasil, uma das maiores economias da América Latina (4,02%), para Argentina, esse percentual era ainda mais alto, 9,62%. Uma vez que a capacidade de administração do déficit é uma característica essencial para se manter uma economia e inflação estável, e conseqüentemente imprescindível para a capacidade de desenvolvimento do país, isso pode explicar as diferenças tão significativas de crescimento entre os países do Leste Asiático e da América Latina.

Tabela 6

Déficit público consolidado, leste asiático e outras economias

<i>Economia/Região</i>	Déficit público médio, participação no PIB 1908-88	Ranking entre 40 países em desenvolvimento (1 = maior déficit)
<i>HPAEs</i>		
República da Coreia	1,89	34
Malásia	10,80	6
Tailândia	5,80	23
Média de 40 países em desenvolvimento	6,30	
Média, economias da OCDE	2,82	
<i>Outras economias</i>		
Argentina	9,62	
Brasil	4,02	
México	6,73	
Filipinas	4,40	

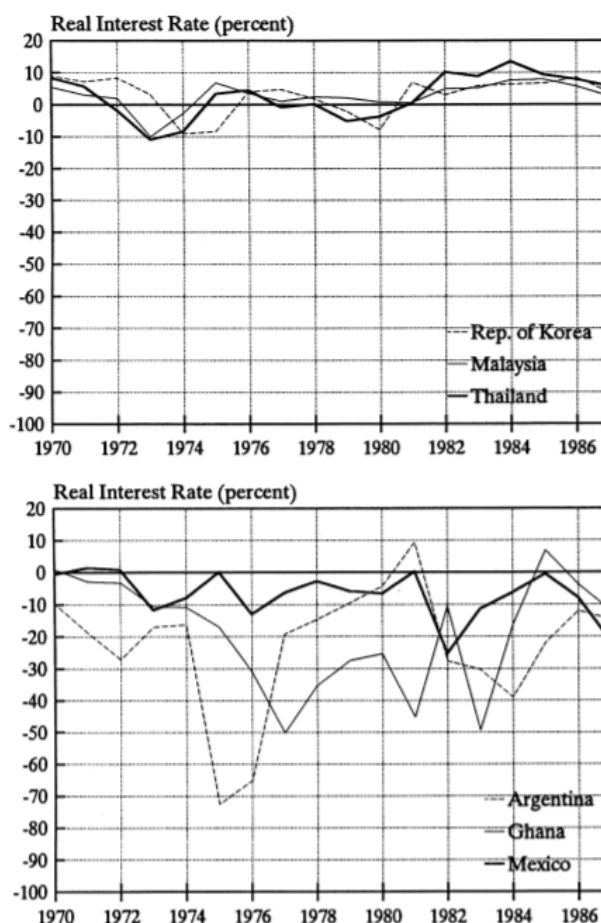
Fonte: *The East Asian Miracle, 1994*

A contenção dos déficits públicos por estas economias asiáticas, possibilitou que não fossem enfrentados problemas inflacionários, um problema enfrentado por outras

economias em desenvolvimento. Sabemos que a inflação está correlacionada com as taxas de juros, uma vez que a desvalorização da moeda e a elevação de preço têm como consequência o efeito inflacionário e as taxas de juros são ferramentas utilizadas para conter a inflação. Estes países ao conseguirem manter estável e baixa a taxa, consequentemente mantiveram a estabilidade dos juros, o que é favorável do ponto de vista do crescimento econômico. Nas figuras abaixo, retiradas do *The East Asian Miracle*, podemos observar as taxas de juros reais na Coreia, Malásia, Tailândia e nas demais nações em desenvolvimento Argentina, Gana e México. Durante a década de 70 e 80, observam-se taxas de juros bastante estáveis e pouco voláteis para os países do Leste Asiático citados acima. Para Gana, México e Argentina, o panorama é bastante diferente, com juros reais oscilando bastante entre os anos.

Gráfico 2

Figure 8 REAL INTEREST RATES: EXAMPLES FROM EAST ASIA AND OTHER SELECTED ECONOMIES



Fonte: *The East Asian Miracle*, 1994

Os países do Leste Asiático adotaram regimes de taxa de câmbio fixas, porém sujeitas

a ajustes quando necessário para regimes de câmbio flutuante, por meio de leves desvalorizações. Neste sentido, a valorização cambial não foi um problema para muitos dos países do Leste Asiático, ao contrário da África e América Latina. As *HPAEs* se beneficiaram desta capacidade em manter as taxas de câmbio em níveis estáveis, o que foi um diferencial, com relação a outras economias em desenvolvimento. Segundo *Fischer* (1993), existem canais por meio dos quais, a inflação e o déficit orçamentário reduzem a acumulação de capital e produtividade. Dado que a incerteza provoca redução do investimento privado, a experiência asiática em comparação com outros países em desenvolvimento fornece dados empíricos que sugerem esta interferência da inflação e do déficit no desenvolvimento econômico. A adaptação a choques externos também foi uma característica importante das *HPAEs*, o que também pode ter um efeito positivo sobre a produtividade. Após 1973 as economias da América Latina tiveram seus níveis de produtividade reduzidos, uma vez que não foram capazes de se adaptar a choques externos (*The East Asian Miracle*).

Outro ponto fundamental na trajetória do Milagre Asiático, e já mencionado em capítulos anteriores, é o papel da educação. Sabe-se que estas nações implementaram diversas políticas educacionais, que reduziram drasticamente índices de analfabetismo, ampliou o acesso à educação superior e tornou-se referência para todo mundo em desenvolvimento. O resultado de todas estas medidas voltadas para a educação, foi a acumulação de capital humano e a criação de uma base de trabalhadores qualificados, que por sua vez influenciaram na produtividade e na eficiência. A taxa de matrícula na Indonésia foi cerca de 46%, enquanto na Coreia 88%, valores bem acima quando comparados com outras economias com o mesmo nível de renda, por sua vez, a parcela de gasto público com educação também é maior na no leste asiático se comparado com outras economias em desenvolvimento (*The East Asian Miracle*). A tabela abaixo ilustra os gastos com educação como o percentual do PIB em 1985. Enquanto na América Latina, este percentual foi de 1,06%, no Leste Asiático foi de 1,42%. Deve-se ter em mente que, financiar gastos com educação além de promover eficiência, promove equidade e maior capacidade de geração de renda. A fim de garantir competitividade externa é essencial para qualquer país, investimento maciço em recursos humanos (através da educação) e a formação de uma mão de obra qualificada.

Tabela 7

Gastos com educação primária como percentual do PIB, 1985

<i>Região</i>	<i>1985</i>
África Subsaariana	1,41
Leste Asiático	1,42
Sul da Ásia	0,95
Leste Europeu	1,17
Oriente Médio e Norte da África	2,05
América Latina e Caribe	1,06

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990, Fundação Getúlio Vargas

As evidências sugerem que o modelo de industrialização por substituição de importação limitou bastante o desenvolvimento econômico da América Latina. Diversas políticas protecionistas voltaram-se exclusivamente à indústria, mesmo que, a agricultura ocupasse uma parte considerável do PIB destes países. Este processo favoreceu a criação de indústrias que não eram competitivas do ponto de vista internacional e que dependiam de produtos importados. O protecionismo e a falta de competitividade conduziram a um processo inflacionário e a falta de exposição à competição estrangeira, limitou fortemente a inovação tecnológica das indústrias nacionais, ocasionando em produtos de pouca qualidade e produção ineficiente. O resultado deste processo foram momentos de crise e forte recessão na América Latina, marcados por uma inflação alta e crescimento dos déficits públicos, que estavam cada vez mais longes de serem financiados por investimento estrangeiro, dado a incerteza que cercava as variáveis econômicas destas nações (*Cardoso e Helwenge, 1993*). A industrialização por substituição de importação intensificava o protecionismo e uma política comercial restritiva. No entanto, estes países já possuíam um mercado relativamente pequeno, um modelo que favorece as exportações e uma política comercial mais liberal, o que permitiria uma ampliação do mercado, para mercados internacionais. O que seria muito bom do ponto de vista de ganho de competitividade internacional, e conseqüentemente ganhos de produtividade e eficiência.

Segundo *Medeiros (1997)*, como consequência dos modelos adotados por ambos os grupos de países na década de 80, a América Latina sofreu de uma maior fragilidade

externa em comparação com as *High Performing Asian Economies*, dado o alto volume de capital externo. Isto é resultado de fatores como a menor taxa de exportações e um peso elevado das transferências financeiras. Uma vez que estas economias sofriam com baixa expansão comercial e deslocamento de capital, países latino-americanos obtiveram taxas de crescimento bem reduzidas. Isto porque contavam com investimentos estrangeiros como forma de financiamento do déficit, o que já vimos que não ocorre, dado que a incerteza que rondava estas economias, inibia qualquer investimento. O inverso foi observado para as economias asiáticas que atraíam cada vez mais capital externo, à medida que o potencial de seus mercados aumentava.

Como discutido, o modelo de industrialização por substituição de importação foi posto em xeque, uma vez que países em desenvolvimento apresentaram melhores resultados macroeconômicos ao orientaram sua economia para o exterior. Defensores da estratégia liberal, usam o exemplo asiático para justificar a industrialização como consequência do desenvolvimento, e não a responsável por ele. No entanto, mesmo que as evidências empíricas sugiram forte correlação entre aumento das exportações e desenvolvimento destas economias do Leste Asiático, alguns estudiosos buscam "desmistificar" estas crenças que envolvem o sucesso asiático. Em outras palavras, tem como objetivo argumentar que o "Milagre" se tratou de uma falácia, possibilitada por uma junção de fatores momentâneos que não se sustentariam no longo prazo. É o que veremos a seguir.

5. OS MITOS DO MILAGRE ASIÁTICO

Segundo a lógica de que o desenvolvimento é resultado do livre comércio, a intervenção do estado da economia, só seria justificável quando utilizada para corrigir falhas de mercado. Ademais, proteger indústrias específicas, provoca redução da produtividade, uma vez que este protecionismo implica em distorção na alocação de recursos (Corden, 1974). Além disso, de acordo com a visão neoclássica, nem sempre as economias serão certas na identificação de falhas de mercado, e podendo erroneamente interferir em setores que não necessariamente necessitam de proteção. No entanto, quando se trata de Milagre Asiático, tanto os neoclássicos quanto os evolucionistas compreendem o papel do intervencionismo no sucesso destes países.

O Milagre Asiático não é livre de críticas, o modelo neoclássico pressupõe que o crescimento econômico é resultado do aumento da produtividade e do uso dos fatores de produção. Chamamos o aumento da produtividade de progresso tecnológico, quando observamos mudanças significativas na produção sem necessidade de aumento dos fatores de produção como capital e trabalho. Segundo Solow (1975), um crescimento econômico pautado no aumento de insumos, sem que houvesse ganhos de produtividade, provavelmente cairia em rendimentos decrescentes de escala. No longo prazo, o crescimento econômico depende de ganhos de produtividade. Logo, um aumento expressivo nos insumos pode provocar um *Boom* econômico no curto prazo que não se sustenta no longo prazo, à medida que a quantidade de insumos cresce, mas a eficiência não. Em “*Desenvolvimento Econômico no Leste e Sudeste Asiático na segunda metade do século XX*”, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus, cita Young (1994), a fim de exemplificar a questão discutida acima. Young (1994) argumentava que não seria possível continuar aumentando os fatores de produção, assim como, aumentar o nível educacional da mão de obra. Neste sentido, uma vez que, como podemos observar na tabela abaixo, o crescimento total estava muito mais associado a altas taxas de crescimento dos fatores do que da produtividade por si só (que apresentava taxas bem inferiores). Desta forma, seria difícil sustentá-lo no longo prazo, dado que, não podemos aumentar os fatores e o nível educacional da população economicamente ativa infinitamente.

A tabela abaixo, mostra o aumento da população economicamente ativa nos países do Leste e Sudeste Asiático, o que só foi possível graças às altas taxas de poupança e

consequentemente um maior investimento em educação. Devemos destacar o crescimento da produtividade total dos fatores e dos fatores individualmente, a Cingapura apresenta um aumento de produtividade de apenas 0,2%, enquanto o aumento do fator capital foi de 5,6% e o do fator trabalho 2,9%. Ou seja, trata-se de um aumento expressivo dos fatores de produção bem superior ao aumento de produtividade. Não apenas no caso da Cingapura, observamos a mesma tendência para os quatro Tigres na tabela abaixo, um crescimento da produtividade total dos fatores inferior ao crescimento dos fatores individualmente.

Tabela 8

<i>Taxa de crescimento médio anual da produtividade total dos fatores, em %</i>				
	<i>Hong Kong</i> (1966-91)	<i>Singapura</i> (1966-90)	<i>Córeia do Sul</i> (1966-90)	<i>Taiwan</i> (1966-90)
Crescimento total	7,3	8,7	10,3	9,4
Crescimento do fator capital	3	5,6	4,6	3,2
Crescimento do fator trabalho	2	2,9	4,5	3,6
Crescimento da produtividade total dos fatores	2,3	0,2	1,2	2,6
Crescimento do PIB per capita	5,7	6,8	6,8	6,7
D% população economicamente ativa	38-49	27-51	27-36	28-37
D% ensino secundário ou superior	27,2 (R) 71,4	15,8 (R) 66,3	26,5 (R) 75,0	25,8 (R) 67,6

Retirada do artigo: “Desenvolvimento Econômico no Leste e Sudeste Asiático na segunda metade do século XX”, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus, Fonte (Young)

Este argumento, que consiste em explicar que na prática não houve mudanças significativas na produtividade e sim na quantidade de insumos, vai ao contrário das análises do primeiro capítulo desta monografia. *Leipziger e Thomas* e *John Page* inicialmente defendiam a ideia de que o comércio exterior e os investimentos em recursos humanos influenciaram o aumento da produtividade asiática, que por sua vez, teve efeito sobre o crescimento explosivo das *High Performing Asian Economies* na década de 80. Segundo os defensores de políticas liberais, o incentivo ao comércio exterior nestas economias, promoveu maior competitividade às indústrias nacionais graças ao aumento da eficiência e produtividade. Consequências não só do surto de exportações, como também do altíssimo nível educacional, crescimento da taxa de poupança e condições macroeconômicas estáveis (disciplina fiscal, contenção do déficit e níveis moderados de inflação). A partir de agora o cenário muda, busca-se explicar que todo argumento que se pautava no crescimento da produtividade (resultado da abertura comercial, investimentos externos e em educação etc.) se trata de uma falácia. Em suma, esta linha de economistas não acredita no crescimento da produtividade asiática na época, e sim no crescimento dos

insumos. De forma que, isto limita o “Milagre” há um período momentâneo e restrito, visto que não há condições de se aumentarem insumos e recursos infinitamente. Ou seja, não haverá crescimento contínuo, se não for acompanhado de ganhos de produtividade e eficiência.

Dentre esta linha de estudiosos está *Paul Krugman*. A seguir revisaremos um artigo publicado pelo economista em 1994, que inicialmente compara a experiência asiática com a soviética, que em ambos os casos foi resultado de um crescimento expressivo dos recursos humanos e de capital. Antes disso, vale ressaltar que o autor avalia o caso do Japão como diferente dessas outras economias asiáticas, uma vez que observou-se além de aumento nos fatores, ganhos de produtividade. Com relação à China, *Krugman* levantou algumas dúvidas. No entanto, conclui que houve também considerável aumento da eficiência.

O rápido desenvolvimento destas economias do Leste Asiático certamente chamou a atenção de outras potências da época que buscavam compreender as razões que provocaram o aumento quase “mágico” das taxas de crescimento. Enquanto os governos destes países atribuíam o sucesso econômico a medidas liberais e uma orientação para exportação, duvidava-se das efetivas razões deste sucesso. Segundo Paul Krugman, este crescimento pode ser explicado pelo também crescimento rápido dos insumos: mão de obra (aumento do emprego), aumento nos níveis educacionais (como visto anteriormente, este grupo de economias asiáticas realizava grandes investimentos em educação básica e superior) e por fim, investimento em capital físico. *Krugman* realiza uma comparação entre o *Boom Asiático* com a experiência soviética, uma vez que ambos alcançaram um rápido crescimento por meio de uma alta mobilização de recursos. Neste sentido, o autor defende que, o *Boom Asiático*, é muito mais um resultado do alto crescimento de insumos (trabalho capital), do que por ganhos de eficiência. A Cingapura, por exemplo, obteve um crescimento entre 1966 e 1990, cerca de três vezes mais que os Estados Unidos, além de um aumento expressivo da renda per capita, no entanto, isso foi resultado de uma alta mobilização de recursos e não propriamente de ganhos de produtividade ou eficiência. A parcela de empregados da população mais que dobrou, além disso, criava-se agora uma massa de mão de obra com níveis educacionais altíssimos, em 1990 cerca de dois terços dos empregados tinham ensino médio concluído (*Krugman, 1994*).

O que Krugman queria dizer é que este “Milagre” simplesmente não poderia ser repetido, muito menos continuado, uma vez que foi pautado em mudanças que não podem ser

replicadas. Em outras palavras, dado que nos últimos anos a força de trabalho havia sido duplicada, explicando as altas taxas de crescimento, ela não poderia simplesmente dobrar de novo. O mesmo padrão foi verificado para o nível educacional dos empregados, que passaram a ter em sua grande maioria ensino médio completo, não implicava que daqui há alguns anos todos obtivessem um nível educacional maior ainda que justificasse o mesmo crescimento. Logo, uma vez que o “Milagre” foi fundamentado em mudanças extremamente pontuais, seria muito difícil que ele continuasse se repetindo, dado que não houve mudanças na produtividade em si (o que seria independente no aumento ou não de insumos) e sim em termos quantitativos. Neste sentido, não há qualquer evidência de aumento na eficiência produtiva da Cingapura, o que nos faz questionar o argumento de que o livre comércio proporcionou aumento na produtividade e conseqüentemente promoveu desenvolvimento, uma vez que não há qualquer prova de ganho de eficiência.

O caso da Cingapura, nos faz refletir acerca dos efeitos da liberalização comercial e de um modelo econômico orientado para exportação. Este que pressupõe um aumento da produtividade, como resultado da exposição à concorrência estrangeira, que impõe às indústrias nacionais uma necessidade de se desenvolver em termos de eficiência e tecnologia. Ou seja, até que ponto o “Milagre” pode ser atribuído única e exclusivamente a liberalização comercial, uma vez que não houve ganhos de eficiência e sim aumento quantitativo dos recursos capital e humano? A Cingapura é apenas um exemplo dentre outras economias asiáticas, cujas evidências não sugerem ganhos de eficiência. Até mesmo os quatro Tigres Asiáticos não obtiveram ganhos de produtividade, uma vez que houve mobilização expressiva de recursos.

Neste sentido, o crescimento do Leste Asiático foi impulsionado pelo crescimento expressivo dos insumos, que possibilitou um ganho econômico alto, porém pouco a respeito de eficiência e produtividade. Em suma, poderíamos dizer que o crescimento asiático está ocasionando retornos decrescentes, dado que, a produção aumenta menos que a mudança proporcional nos recursos. Logo, se de fato o sucesso do Leste Asiático pudesse ser atribuído a este comércio estratégico e políticas indústrias, observaríamos um ganho de eficiência, o que não condiz com a realidade. Não havia um “milagre”, pois não havia de fato uma mudança tecnológica em progresso e sim um aumento excessivo de insumos. Que por sua vez, se não fosse acompanhado de ganhos de produtividade e eficiência, sujeitariam a economia a rendimentos decrescentes (*Krugman, 1994*).

O que não devemos esquecer, é o papel fundamental do governo no sucesso destes países,

mesmo que gozando de postura e medidas liberais, o estado interveio em diversos setores da economia a fim de promover o desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento não deve ser atribuído ao livre comércio por si só. Tratou-se de uma intervenção direcionada para setores pré-determinados, através de crédito, subsídio, redução das taxas de empréstimo e de depósito, proteção das importações, apoio por parte de bancos privados e governamentais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, apoio do setor privado, dentre outras. Vale ressaltar, que estamos analisando um intervencionismo específico e direcionado, apenas para alguns setores da economia, nos quais observamos altas taxas de investimento em comparação com outras indústrias. Esta é uma discussão interessante, pois por muito tempo defendeu-se a ideia de que o desenvolvimento asiático tinha sido resultado da abertura comercial e sobretudo do modelo de plataforma de exportação adotados por alguns dos *High Performing Asian Economies*, como os próprios Tigres Asiáticos. No entanto, pouco se diz a respeito da importância do papel do estado neste processo, visto que uma gama de indústrias asiáticas não teria sido beneficiada na ausência destes incentivos.

Por outro lado, acredito que *Krugman* estava certo quando pontuou que o crescimento asiático não poderia ser sustentado no longo prazo (uma vez que houve um aumento excessivo de insumos, não acompanhado de ganhos de produtividade), e que posteriormente resultaria em retornos decrescentes. No entanto, não podemos ignorar certas evidências empíricas que foram discutidas ao longo desta monografia. Ainda que parte da teoria de *Krugman* tenha “se comprovado” com o fim do Milagre alguns anos depois na Crise Asiática, de fato o Leste Asiático demonstrou indicadores bastante superiores a outras regiões do mundo, como a América Latina. Não deve ser uma mera coincidência este conjunto de países que adotaram estratégias de desenvolvimento orientadas ao exterior, incentivo à exportação, investimento em educação e estabilidade de suas taxas econômicas, alcançaram um resultado tão superior que outras economias em desenvolvimento. Ainda que, concorde que estes insumos (capital e humano), principalmente tratando-se de nível educacional, não podem ser expandidos infinitamente, tornando o “Milagre” como algo momentâneo, existem dados que comprovam sim o aumento de eficiência técnica das economias asiáticas com relação a outras economias em desenvolvimento (*vide tabela 5*). Em suma, reconheço pontos importantes de teoria de *Krugman* a respeito do “Milagre”, e devemos colocar em evidência a questão dos retornos decrescentes, ademais é claro que o aumento no emprego

e capital e a qualificação da mão de obra não poderia ocorrer na mesma proporção nas décadas seguintes. Porém, não devemos descartar dados e evidências que sugerem aumento de eficiência técnica e sobretudo, de fato, compreender que houve diferenças na participação das exportações, contenção de déficits e estabilidade das taxas de juros e inflação entre Leste Asiático e outras economias em desenvolvimento.

6. A CRISE ASIÁTICA E O FIM DO MILAGRE

A Crise Asiática de 1997, marcou o fim do Milagre Asiático. Até então, os principais países envolvidos na crise Tailândia, Filipinas, Indonésia, Coreia do Sul e Filipinas, apresentavam uma economia estável, bons indicadores econômicos, altas taxas de poupança, investimento e exportação. Em meados de outubro de 1997, Hong Kong vivenciou uma queda na Bolsa de Valores, jamais antes vista no país, contaminando mercados ao longo de todo o globo. As razões para a crise financeira que atingiu estes países asiáticos, estão associadas ao "capitalismo clientelista" (*Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus, 2005*), isto é, um governo pouco transparente, corrupção no sistema bancário, e um relacionamento entre empresas e governo pautado em acesso preferencial ao crédito bancário e garantia governamental garantida aos bancos. O regime de câmbio tornou-se insustentável uma vez que houve considerável acúmulo de capital especulativo provocando apreciação da moeda. O resultado foi um movimento de saída da capital. Neste período, houve aumento das taxas de longo prazo do Japão, além de uma apreciação do dólar com relação ao iene, o resultado disso foi uma redução das exportações deste bloco de nações do leste asiático, ampliando o déficit em conta corrente.

No entanto, a fim de entender a crise asiática, *Krugman e Obstfeldt, 2001*, elencaram os três principais pontos de destaque no que diz respeito às "deficiências na estrutura econômica" destes países do Leste Asiático. O primeiro, já foi discutido anteriormente, trata-se da produtividade. Este problema consiste justamente nesta expansão asiática que era bastante limitada, isto porque não havia ganhos em termos de produtividade. O crescimento asiático podia ser explicado como resultado do aumento dos fatores de produção (trabalho e capital), não acompanhado de um ganho de eficiência. Além disso, estes insumos são finitos e não podem ser constantemente aumentados a fim de se obter crescimento, sendo uma expansão econômica limitada a quantidade de fatores de produção. Ou seja, a partir do momento em que não se observava ganhos de produtividade a fim de se obter um crescimento similar ao vivido durante o Milagre, os países do Leste Asiático teriam que aumentar os seus insumos em uma mesma proporção, o que seria logicamente impossível. Além disso, este desenvolvimento foi resultado também do aumento do nível educacional da população economicamente ativa. Este é um processo que acaba também limitando a expansão, visto que é praticamente impossível que estes trabalhadores tenham seu nível educacional elevado a cada ano. No longo prazo, os

efeitos são bem conhecidos. A acumulação de capital e trabalho, não acompanhada de ganhos de produtividade, implica em retornos decrescentes de escala, e um movimento de saída de capital, uma vez que, não se obtivesse o retorno esperado. Outro ponto destacado pelos autores se refere a regulamentação de operações bancárias, que eram bastante precárias em grande parte das economias do Leste Asiático. Isto porque, investidores estrangeiros não consideravam os bancos asiáticos confiáveis, além de considerarem os governos destes países pouco transparentes e isentos de qualquer tipo de regulação e supervisão das instituições. Tudo isso intensificado por relações bastante suspeitas entre funcionários do governo e interesses comerciais, gerando uma situação inerente ao risco moral. Na Tailândia, muitos empréstimos foram feitos a empresas do ramo imobiliário e na Indonésia concedidos aos empreendimentos dos membros da família do presidente. Este aumento dos empréstimos e do *Risco Moral*¹ provocou um *boom* nas economias asiáticas, que por fim, resultou em uma queda drástica dos preços e na falência dos bancos. O último ponto trata sobre a questão jurídica. As economias asiáticas não tinham um bom quadro jurídico para lidar com as empresas que chegavam à falência. Ou seja, à medida que, estes governos não haviam estabelecido uma regulamentação para este tipo de situação, as empresas simplesmente não pagavam suas dívidas e não eram capazes de funcionar, uma vez que não conseguiam recursos através de empréstimos.

Em 2 de Julho de 1997, a insolvência dos bancos tailandeses e o movimento de saída de capital levou à desvalorização da moeda tailandesa, o bath, provocando o declínio da bolsa de valores e do mercado imobiliário. A especulação provocada por uma tentativa de desvalorizar a moeda controladamente, acabou por acentuar ainda mais os efeitos desta pequena economia. O que observamos em seguida é um “efeito dominó”, alguns dias depois foi a vez do peso filipino, e das moedas da malásia (ringgit) e da Indonésia (rúbio), pôr fim a desvalorização cambial atingiu a Coreia do Sul. Os governos recorreram ao FMI, que concedeu empréstimos, em troca de mudanças estruturais na economia que consistiam na manutenção de taxas de juros mais altas, o que segundo o FMI, resultaram na apreciação das taxas de câmbio, além de encerrar bancos que estivessem passando por dificuldades. No entanto, mesmo com estes programas de ajuda, os problemas não cessaram e a recessão foi ainda mais exacerbada, a moeda não

¹ *Risco moral é a possibilidade de um agente ter um comportamento diferente, ao realizar uma leitura dos contextos em que ocorrem as transações econômicas. Neste caso, um dos lados da transação, possui mais informações do que o outro (Suno Research)*

apreciou, provocando uma séria desaceleração econômica, desemprego e aumento da pobreza. Muitas economias asiáticas, em resposta aos efeitos da crise, passaram de uma situação de déficit para o acúmulo de excedentes, uma vez que houve brusca redução das importações. Mesmo que a moeda tenha se estabilizado um tempo depois e a taxa de juros tenha reduzido, a crise já havia se instaurado, não somente nos países do Leste Asiático, como também em países vizinhos. Em meados de 1999, as economias asiáticas voltaram a crescer, no entanto, o ritmo nunca mais foi o mesmo. Além disso, algumas regiões ainda enfrentam sérias sequelas deixadas pela crise, além de dependerem fortemente da ajuda do FMI.²

Diversas lições podem ser obtidas a partir da crise asiática. Alguns apontam a relação 'íntima' entre membros do governo e empresários como a grande culpada. Por outro lado, critica-se bastante a postura do FMI. No entanto, segundo Krugman e Obstfeldt, 2001, dentre as lições mais importantes, está a necessidade de se escolher um bom regime de taxa de câmbio, uma vez que não é recomendado que um país em desenvolvimento fixe sua taxa de câmbio. Isto porque, manter a taxa de câmbio em um patamar fixo, implica em comprometimento das reservas internacionais, uma vez que o Banco Central deve sempre garantir moeda quanto faltar. Além de exercer pressão inflacionária, isto é um risco de quebra enorme para o país. *Logo, este regime é recomendado apenas para países que tenham condições de exercê-lo³*. A desvalorização das moedas asiáticas provocou a insolvência do setor financeiro e corporações em decorrência das dívidas em moeda estrangeira. *Passou a se defender restrições sobre as operações bancárias, uma vez que em casos de desvalorização cambial, o aumento de contratos de dívida de empresas domésticas contraídas em moeda estrangeira, podem implicar em um descasamento cambial, provocando uma crise generalizada.⁴* Ademais, se reconheceu a importância de um sistema bancário centralizado. Com o colapso de diversos bancos, o acesso ao crédito foi bastante dificultado, o que prejudicou uma gama de empresas que dependiam desses recursos. A sequência correta das medidas de reforma, é outro ponto importante, uma vez que a ordem das medidas de liberalização deve ser cuidadosamente escolhida. Países em

² KRUGMAN Paul R., MELITZ Marc J., OBSTFELD Maurice. International economics: theory and policy. 10 edição – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001; Páginas 541 a 545

³ KRUGMAN Paul R., MELITZ Marc J., OBSTFELD Maurice. International economics: theory and policy. 10 edição – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001; Páginas 543

⁴ ALDRIGHI Dante M., CARDOSO André D. Crises cambiais e financeiras: uma comparação entre América Latina e Leste Asiático - Campinas: Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 61-117, abr. 2009 - Pag 11.

desenvolvimento precisam construir um sólido sistema financeiro nacional, capaz de suportar o fluxo de capitais, para que depois a conta financeira seja aberta. Argumenta-se ainda que a liberalização da conta financeira deve ser feita apenas depois da liberalização comercial, ou seja, apenas quando houver equilíbrio macroeconômico tanto na esfera monetária, quanto fiscal. Isto porque, a liberalização financeira pode provocar instabilidade da taxa de câmbio e dificultar a mobilidade dos fatores de produção (*Krugman e Obstfeldt, 2001*). Por último, a importância do contágio, dado que as economias são vulneráveis, crises em determinadas regiões do mundo podem influenciar outras, é o conhecido “Efeito Dominó”, é o caso da própria crise Sul Coreana, provocada pela crise originada na Tailândia.

De fato, observamos na década de 90 um certo “descontrole” nos fluxos internacionais de capital, somando-se ao fato, o regime de taxa de câmbio fixa adotado pelos países do Leste Asiático. O aumento dos empréstimos de curto prazo, em contexto de pouca regularização do sistema financeiro, observou-se a formação de crises bancárias intensas. Além disso, as instituições financeiras tiveram seu risco elevado devido aumento dos empréstimos, conduzindo a situação de Risco Moral (*CARDOSO e ALDRIGHI, 2009*).

7. CONCLUSÃO

A discussão acerca do “Milagre Asiático” é densa e complexa e cercada de controvérsias. O sucesso econômico destas economias não deve ser atribuído a abertura comercial e a políticas totalmente liberais, pois conforme discutido ao longo desta monografia, diversos países do Leste Asiático contaram com políticas intervencionistas e certo grau de proteção. No entanto, acredito que o papel do comércio com o exterior, é imprescindível para entendermos toda esta história. Mesmo que gozando medidas protetivas e contando com políticas de intervencionismo seletivo (no qual, os governos interviam sistematicamente em prol de indústrias específicas, as quais eles acreditavam possuir vantagens comparativas), o comércio internacional certamente influenciou o avanço das indústrias domésticas. Vimos ao longo dos capítulos que as economias asiáticas apresentaram desempenho superior com relação a outras economias da época. Dentre as principais diferenças adotadas entre estas outras economias e as *High Performing Asian Economies* pode-se observar uma maior participação tanto do investimento quando das exportações no PIB destas nações asiáticas. Não deve ser uma mera coincidência que economias que tenham adotado uma postura orientada para o exterior tenham tido um desempenho tão superior a outras economias em desenvolvimento. Estas últimas que por sua vez, seguiam fielmente o modelo de industrialização por substituição de importação e adotavam medidas protecionistas que acabavam por reduzir a competitividade da indústria doméstica. A consequência da redução da competitividade se traduz em perda de eficiência e produtividade. Uma vez que as empresas não estão sujeitas a competição externa, não há estímulo para aprimorar a produção (a fim de reduzir preços) nem de melhorar a qualidade do produto (a fim de ampliar as vendas).

Ao longo desta monografia foi mostrado que o impulso do comércio exterior e das exportações nas economias do Leste Asiático gerou competitividade para as empresas nacionais, que se mostraram cada vez mais capazes de competir internacionalmente. Ainda que economistas como *Krugman* tenham defendido a tese de que o crescimento de países asiáticos na década de 80 tenha decorrido da incorporação de capital e mão de obra, e não pelo aumento de produtividade impulsionado pelo comércio com exterior, parece ter havido correlação importante entre o comércio internacional e os ganhos de eficiência e produtividade. Adicionalmente, essas nações contavam com maior estabilidade macroeconômica que os países da América Latina, em geral. Tal estabilidade garantiu um ambiente estável e possibilitou ganhos em termos de planejamento, incentivando ainda

mais o investimento e a geração de empregos. O aumento da taxa de poupança, a habilidade de conter os déficits, a disciplina fiscal, o aumento taxa de poupança e o aumento do investimento externo e em recursos humanos (investimento em educação e qualificação dos profissionais) criaram condições para que as economias asiáticas prosperassem.

Ainda que, *Krugman* pudesse estar certo quanto a sustentabilidade deste crescimento no longo prazo (não teria havido crescimento por aumento de produtividade e sim como resultado do crescimento na quantidade de insumos), não se pode negar o fato de que o surto de crescimento na no Leste Asiático foi sim um milagre. Os governos destas economias cometeram diversos erros principalmente na administração do cambio e na regularização do sistema financeiro, que posteriormente culminaram na Crise Asiática. No entanto, não se deve esquecer a ótima gestão exercida durante a década de 80, responsável por fornecer estabilidade para as indústrias nacionais e para o ambiente econômico, possibilitando principalmente a atração de investimento externo.

Por fim, mesmo considerando que o “Milagre” seria algo insustentável no longo prazo, e que variáveis como nível educacional e quantidade de mão de obra não pudessem ser replicadas durante as próximas décadas, ele pode usado como exemplo na discussão comércio orientado para o exterior x industrialização por substituição de importação. O alto nível de investimento em educação e o desenvolvimento destas economias asiáticas, ainda tem efeitos mais duradouros para estes países atualmente. As nações em desenvolvimento que adotaram modelos protecionistas, sem investimento em novas tecnologias e qualificação de mão de obra, como o caso da América Latina, perderam competitividade e afetaram seriamente seus indicadores econômicos e sociais, é o caso da América Latina. Mesmo que com todas as suas falhas, a combinação de políticas econômicas assertivas juntamente ao impulso ao comércio exterior, permitiu que as economias asiáticas explodissem na década de 80 e fossem exemplos para todo o mundo em desenvolvimento.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGAO, Maria Carolina M. P. Trajetórias Industriais: Uma análise no Espaço Indústria. Universidade de Brasília, 2013.

ALDRIGHI Dante M., CARDOSO André D. Crises cambiais e financeiras: uma comparação entre América Latina e Leste Asiático - Campinas: Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 61-117, abr. 2009 - Pag 11.

ARNDT, H.W. Economic Development: The History of an Idea. University of Chicago Press: Chicago 1987

BELLUZO, Luiz Gonzaga. Razões do Sucesso do Modelo Asiático. Ipea, 2004. Ano 1. Edição 1, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Armadilha da Liberalização: Porque a América Latina parou nos anos 80, enquanto o leste da Ásia continuou a crescer?

KRUGMAN Paul R., MELITZ Marc J. ,OBSTFELD Maurice. International economics: theory and policy. 10 edição – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001

CARBAUGH, Robert J. Economia Internacional. São Paulo: Pioneria Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Eliana e HELWEGE, Ann. A Economia da América Latina: Diversidade, tendência e conflitos. São Paulo: Ática, 1993.

CORDEN, W. Max. Trade policy and economic welfare. 2ª ed. rev.; Oxford: Oxford University Press, 1997.

DA SILVEIRA, Everton Wirbitzi, Países em desenvolvimento da Ásia e América Latina: uma avaliação empírica sobre suas estratégias de crescimento (1970-2002). Santa Maria, RS, Brasil, 2007

DE BRITTO, Marcelo Almeida, FILHO, Edison Benedito da Silva. Ascensão dos valores Asiáticos e Consequências para o Ocidente.

DE JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro. Desenvolvimento econômico no Leste e Sudeste Asiático na segunda metade do século XX

EDWARDS, S. Does the Current Account Matter? Preventing Currency Crises in Emerging Markets. In: Sebastian Edwards and Jeffrey A. Frankel. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Fundação Getúlio Vargas, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1990

KRUGMAN, P. (1994): “The Myth of Asia’s Miracle”, Foreign Affairs

LEIPZIGER Daniel e THOMAS Vinod, As origens do Sucesso do Leste Asiático

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina.

NASSIF, André. Estratégias de Desenvolvimento em Países de Industrialização Retardatária: Modelos Teóricos, a Experiência do Leste Asiático e Lições para o Brasil. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 12, N. 23, P. 135-176, JUN. 2005

NEUMEYER, A., Hopenhayn, H. Latin America in the Twentieth Century: Stagnation, then Collapse. In: Econometric Society. Latin American Meetings. Providence, 2004.

PAGE, John The East Asian Miracle. Oxford: Oxford Univ. Press, 1993

PREBISCH, Raúl, O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais

SALVATORE DOMINICK. International Economics. 11th Edition. Fordham University

SINGH Ajit. Acertando o passo com o ocidente: uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico asiático. Economia e Sociedade, Campinas. Junho de 1997.

SEIDL, Antonio Carlos. O Sucesso do Milagre Asiático está na gestão. Folha de São Paulo, 1993

SLAUGHTER, M. J. Infant-Industry Protection and Trade Liberalization in Developing Countries. USAID Research Report, 2004.

SOLOW, R. (1975): “Technical Change and the Aggregate Production Function”, Review of Economics and Statistics, nº 39, pp.312-320

SUKUP, Victor. Ásia Oriental e Sudeste Asiático - modelos para América Latina? Revista Brasileira de Política Internacional, 1997

WEEKS John. Latin America and the “High Performing Asian Economies”: Growth and Debt. Journal of International Development. 1999

YOUNG, A. (1992): “A tale of the Cities: Factor Accumulation and Technical Change in Hong Kong and Singapore”, NBER Macroeconomics Annual, MIT Press, Cambridge.